

DEMISSÕES: o Governo deve demitir entre 25 mil (mínimo) e 33 mil (máximo) funcionários públicos federais que não gozam de estabilidade no emprego. Serão demitidos funcionários de baixa qualificação técnica. A medida deverá gerar economia anual entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões.

APOSENTADORIAS IRREGULARES: o Governo vai cancelar, ainda este mês, aposentadorias irregulares de 100 mil funcionários públicos. Em 12 meses, a medida vai gerar economia de R\$ 1,6 bilhão.

CARGOS EM COMISSÃO: está suspensa a concessão de novos cargos comissionados dentro do Governo. A medida que os cargos ficarem vagos, não serão mais ocupados.

CPMF: conhecida como o imposto sobre cheque, a Contribuição terá a alíquota elevada de 0,20% para 0,25%. A mudança será feita por projeto de lei e entrará em vigor 90 dias após a sanção da lei. Vai gerar uma receita adicional de R\$ 1,8 bilhão.

DOAÇÕES: o Governo deve cortar a dedução, no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, das doações amparadas no Fundo Nacional de Cultura e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A economia anual chegará a R\$ 200 milhões.

PENSÕES: O Governo vai reeditar medida provisória estabelecendo que a concessão da pensão, por morte do segurado, só valerá, para pagamento imediato da pensão, se requerida em até 30 dias após o falecimento. No caso de quem solicitar a pensão após 30 dias, o pagamento não será retroativo à data da morte do segurado.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS: o Governo vai acabar com a isenção da contribuição patronal ao INSS de entidades ditas filantrópicas, como hospitais, colégios, faculdades e algumas empresas. Em um ano, esta medida deve assegurar arrecadação adicional superior a R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

IDOSOS CARENTES: o Governo decidiu elevar, de 68 anos para 70, a idade mínima para que pessoas idosas e carentes requeiram ao INSS o benefício mínimo da aposentadoria, equivalente a um salário mínimo (R\$ 120,00).

INCENTIVOS FISCAIS: com a renúncia fiscal prevista no orçamento de 1998, o Governo deixaria de arrecadar R\$ 17,3 bilhões. A idéia é cortar boa parte dos incentivos.

IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO: o Governo aumentará as alíquotas de importação de uma relação de produtos para incrementar a arrecadação. A

elevação ocorrerá principalmente naqueles produtos cujos preços não têm grande impacto sobre a inflação.

BEBIDAS E CIGARROS: o Governo deve elevar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bebidas e cigarros. Na avaliação do Governo, a medida não tem impacto sobre a inflação.

GASTOS PÚBLICOS: as despesas de custeio dos ministérios e órgãos públicos sofrerão um forte corte ainda este ano. No orçamento deste ano, o Governo cortará R\$ 3 bilhões só das emendas apresentadas pelos parlamentares.

EMPRESAS: o Governo estuda a possibilidade de aumentar a alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, hoje em 25% (15% mais 10% de adicional). Deve rever também a isenção permitida do pagamento de juros sobre capital próprio.

LUCRO PRESUMIDO: o pacote deve elevar o limite mínimo de faturamento, de R\$ 12 milhões, que permite atualmente que milhares de empresas declarem o Imposto de Renda com base no lucro presumido (simplificado). Um maior número de empresas passará, portanto, a pagar imposto com base no lucro real.